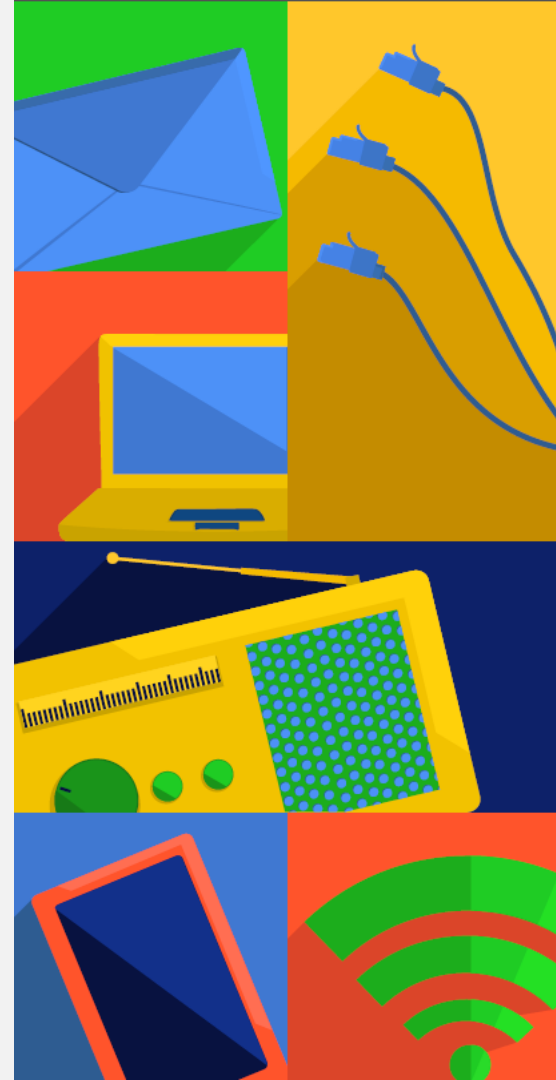


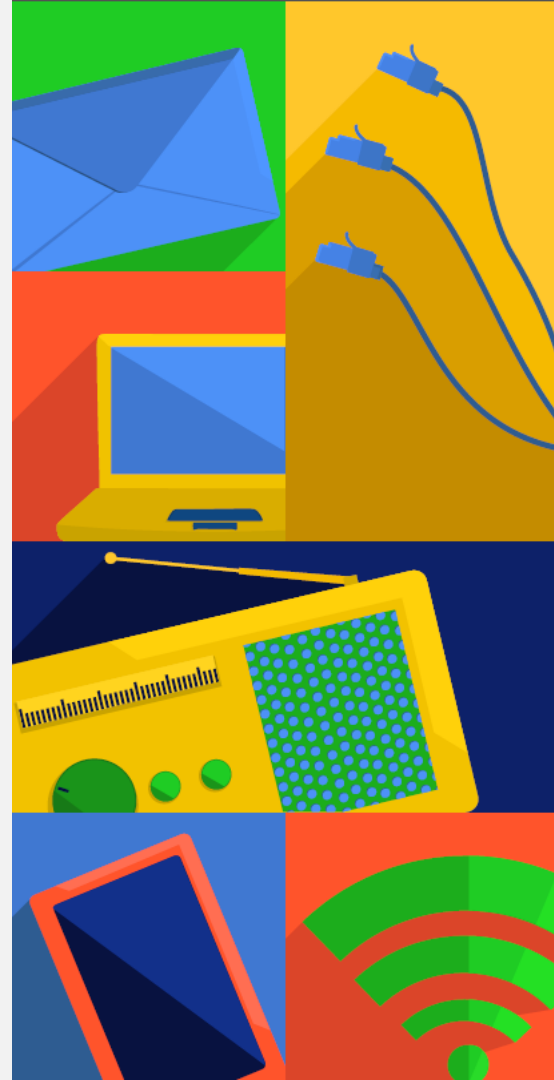
20º Encontro Provedores Regionais

GOIÂNIA/GO, 23/02/2016



Ministério das Comunicações

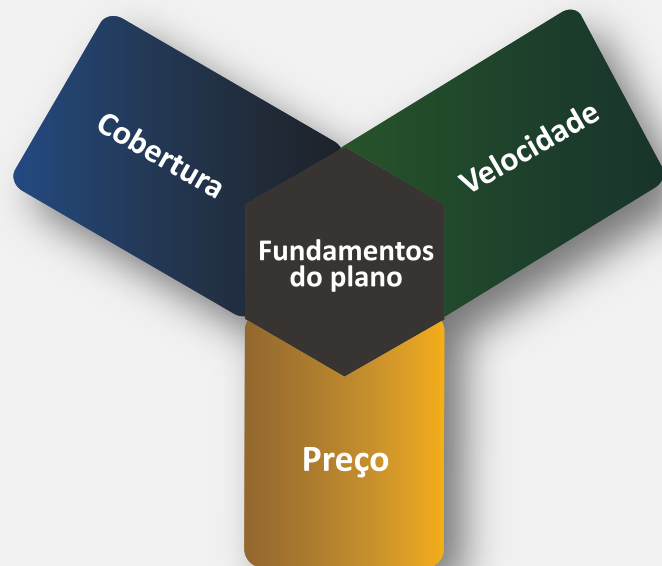
POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À BANDA LARGA



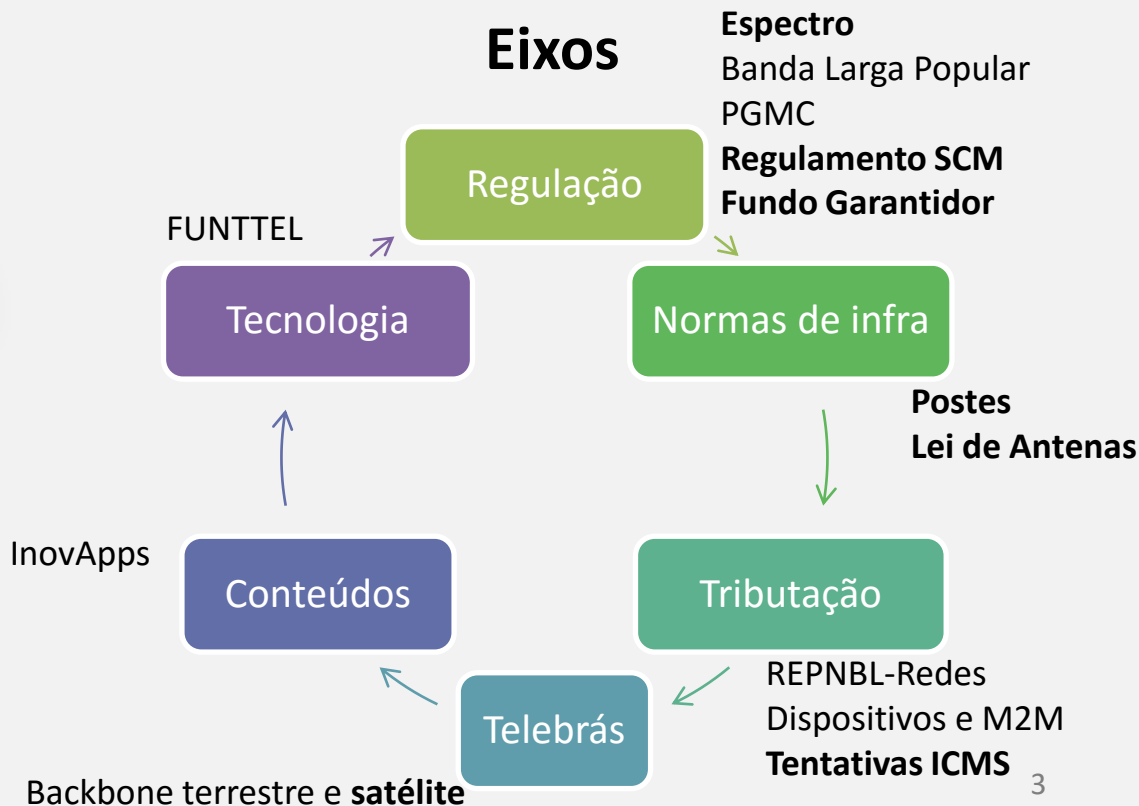
O Programa Nacional de Banda Larga – PNBL

META 2014
35 MILHÕES DE DOMICÍLIOS
COM ACESSO À INTERNET

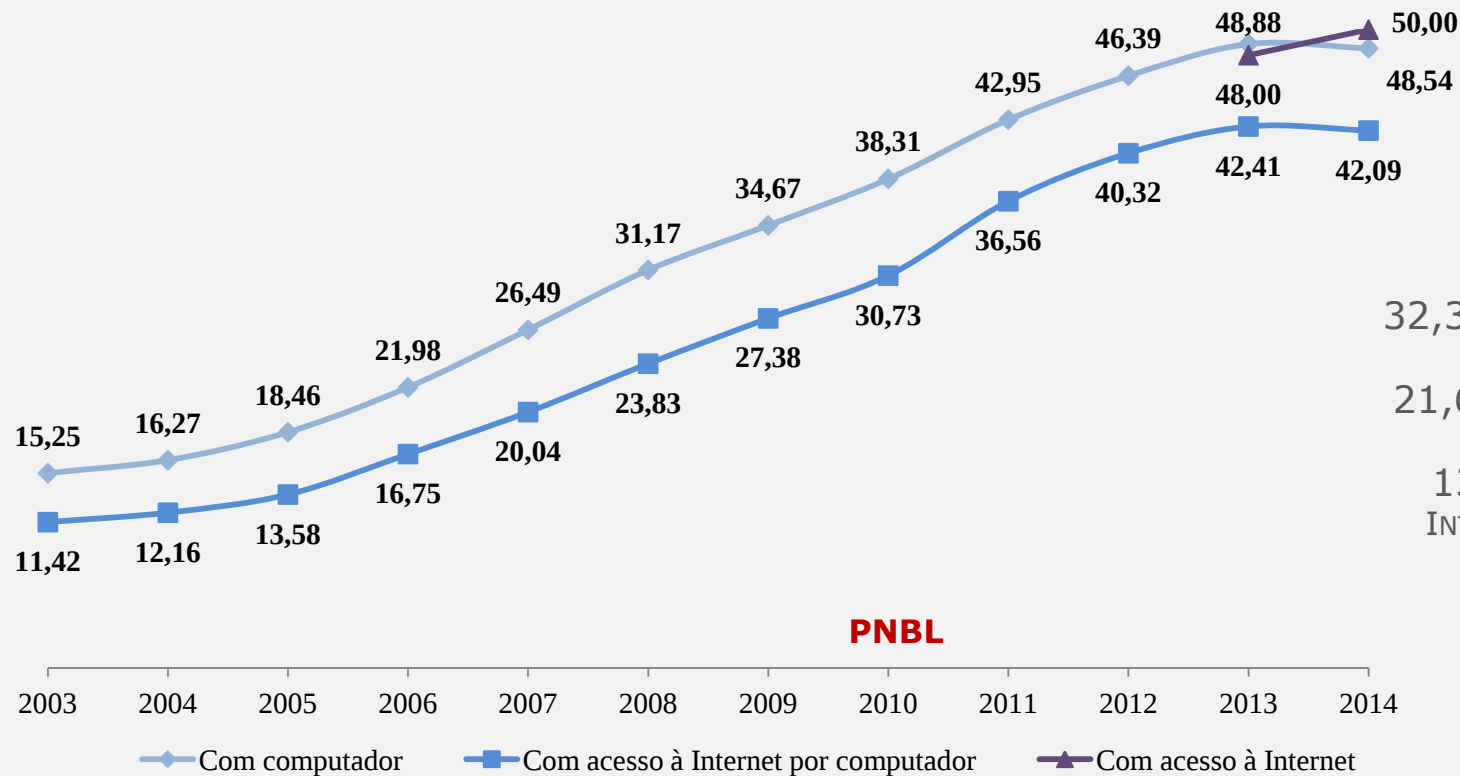
Fundamentos



Eixos



Evolução do acesso domiciliar à Internet



2014

32,3 MILHÕES COM INTERNET

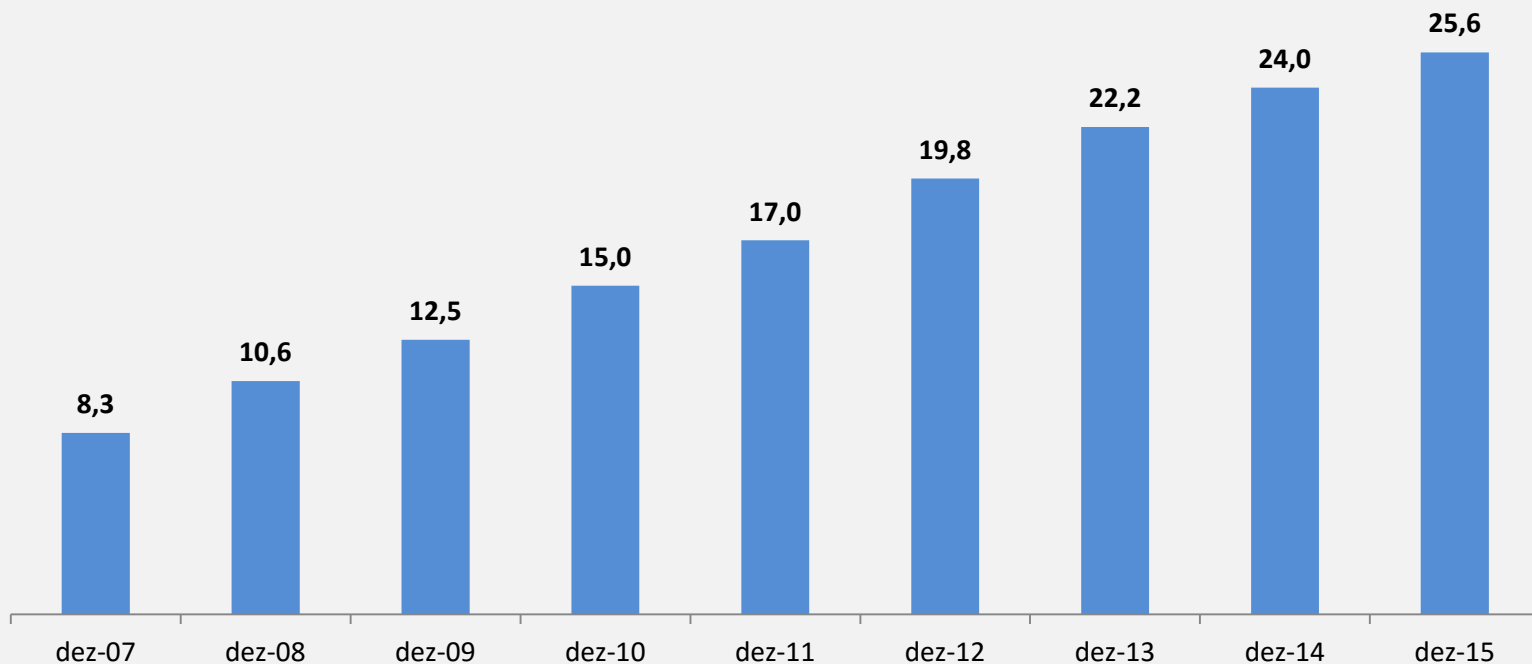
21,6 MILHÕES COM BL FIXA

13% COMPARTILHAM A
INTERNET COM VIZINHOS

Evolução do serviço de banda larga fixa no Brasil

15% de crescimento
anual médio

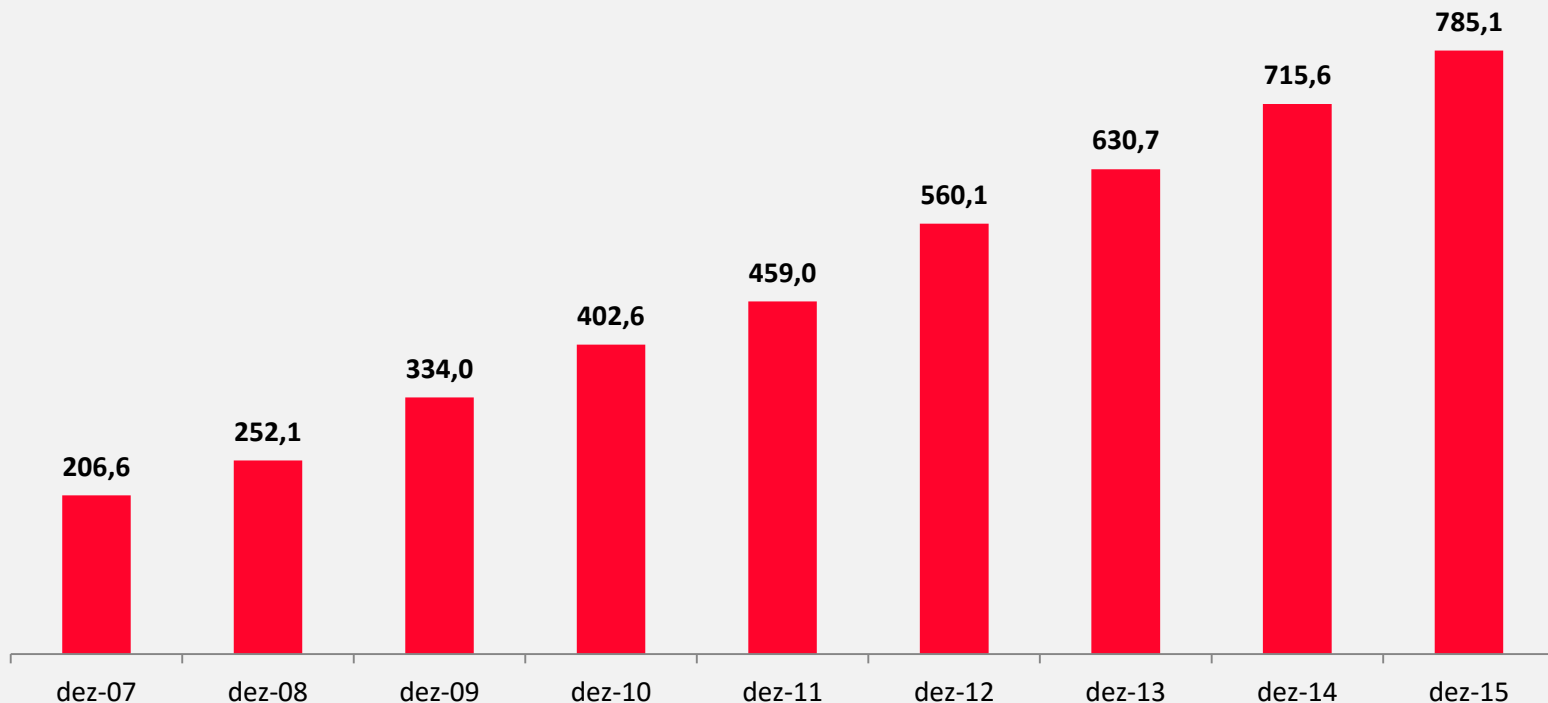
Milhões de acessos de banda larga fixa



Evolução do serviço de banda larga fixa em Goiás

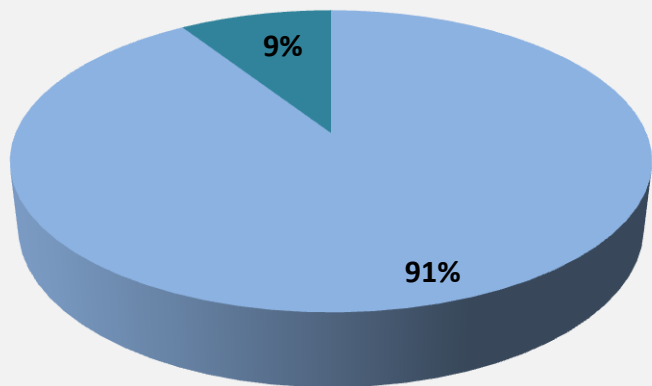
18% de crescimento anual médio

Milhares de acessos de banda larga fixa em Goiás



Fonte: Anatel

O perfil dos provedores regionais



■ Grupos econômicos nacionais ■ Provedores regionais

Goiás

- 96 provedores regionais (2.199 Brasil)
- 40,5 mil clientes (5% do total do Estado)

Mercado de atuação

- 45% atendem de 1 a 3 municípios
- 21% atendem de 4 a 6 municípios

AS

- 70% dos provedores possuem um sistema autônomo
- Entre os que não possuem, as principais razões são o custo e a falta de capacitação

Link

- 44% dos provedores contratam entre 100 Mbps e 1 Gbps; apenas 5% contratam mais de 1 Gbps

Tecnologia

- 49% possuem acesso em fibra óptica

Políticas com impacto sobre provedores regionais

Compartilhamento
de infraestrutura

Espectro

Redução de custos
regulatórios

Tributação

PBLT
Financiamento

PBLT
SGDC

Compartilhamento de infraestrutura

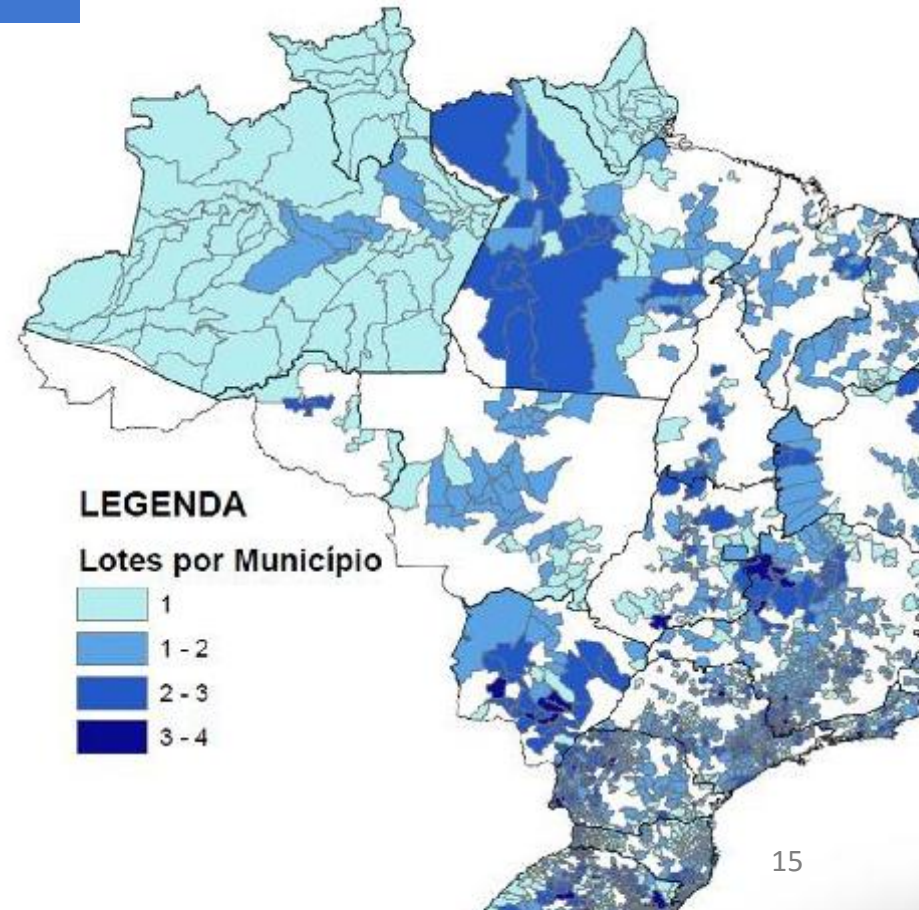
Regulação do compartilhamento de postes

- Preço de referência para o **ponto de fixação**: R\$ 3,19
- Somente um ponto de fixação por prestadora
- Prazo para regularização da ocupação dos pontos
- Regularização imediata para postes inteiramente ocupados
- Cadastro das ocupações e disponibilidade será público
- GT-Postes: postes no SOIA (aberto a não PMS)
- De 10% para 40% da receita bruta apropriada pela distribuidora (Portaria Aneel)



Disponibilidade de radiofrequência

- Licitação para expedição de autorizações para uso de radiofrequências nas realizada pela Anatel em 18 de dezembro de 2015
- 20 mil lotes do tipo C, nas subfaixas de 1,9 GHz e 2,5 GHz, para provedores regionais
- 5.479 lotes arrematados por 324 provedores por R\$ 89,9 milhões
 - 116 em Goiás
 - 1.464 lotes com disputa encerrada
- 2.903 municípios abrangidos



Redução de custos regulatórios

Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia

- Diminuição do valor das outorgas (de R\$ 9 mil para R\$ 400)
 - Criação de autorização “combo” (SCM+STFC+SeAC) por R\$ 9 mil
- Criação de obrigações assimétricas para prestadores de pequeno porte

	Metas de qualidade	Central de atendimento	Guarda de registros dos contatos dos usuários	Acessibilidade
Mais de 50 mil usuários	Sim	Sim 24 x 7	Sim 180 dias	Documentação em formato para deficientes visuais
Menos de 50 mil e mais de 5 mil usuários	Não	Sim 8h – 20h	Sim 90 dias	Documentação em formato para deficientes visuais
Menos de 5 mil usuários	Não	Sim 8h – 20h	Não	Sem obrigações

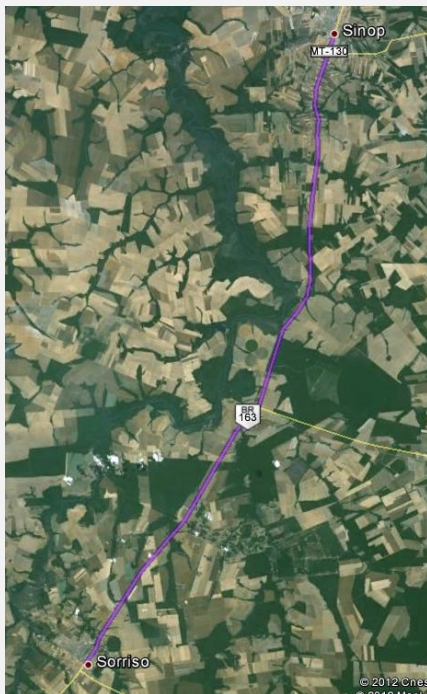
Redução de custos regulatórios

Lei das Antenas
(Lei nº 13.116, de 2015)

- Legislação heterogênea de municípios dificultava implantação de infraestrutura (especialmente torres e antenas)
 - **Harmonização** do rito de autorização
 - Prazo máximo de **60 dias**
- **Vedação** de cobrança pelo direito de passagem para:
 - Ferrovias e rodovias da União
 - **Novas** concessões de ferrovias e rodovias federais

Direito de passagem

O custo-Brasil para o setor de telecomunicações é maior do que para outras atividades econômicas de relevância parecida ou menos importantes para a coletividade



Simulação hipotética:

Análise comparativa dos encargos tributários e não tributários incidentes sobre a instalação de um empreendimento na BR-163, no trecho de 100 km entre Sorriso e Sinop (MT), que fature R\$ 100 mil mensalmente

1º Caso

Rede de
telecomu-
nicação

2º Caso

Rede de
transmissão
de energia
elétrica

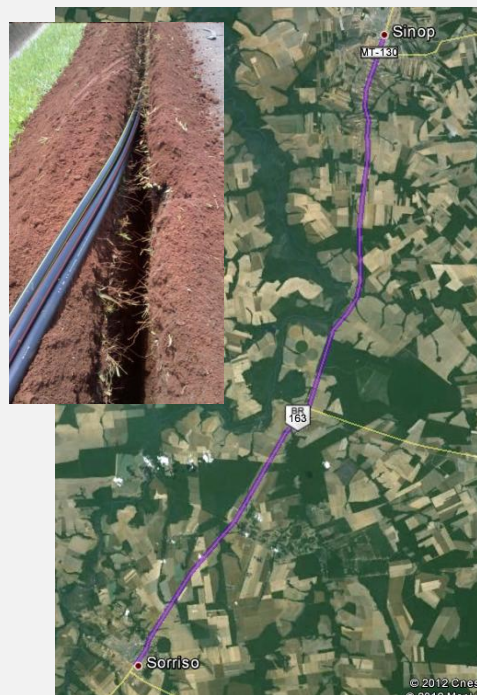
3º Caso

Motel

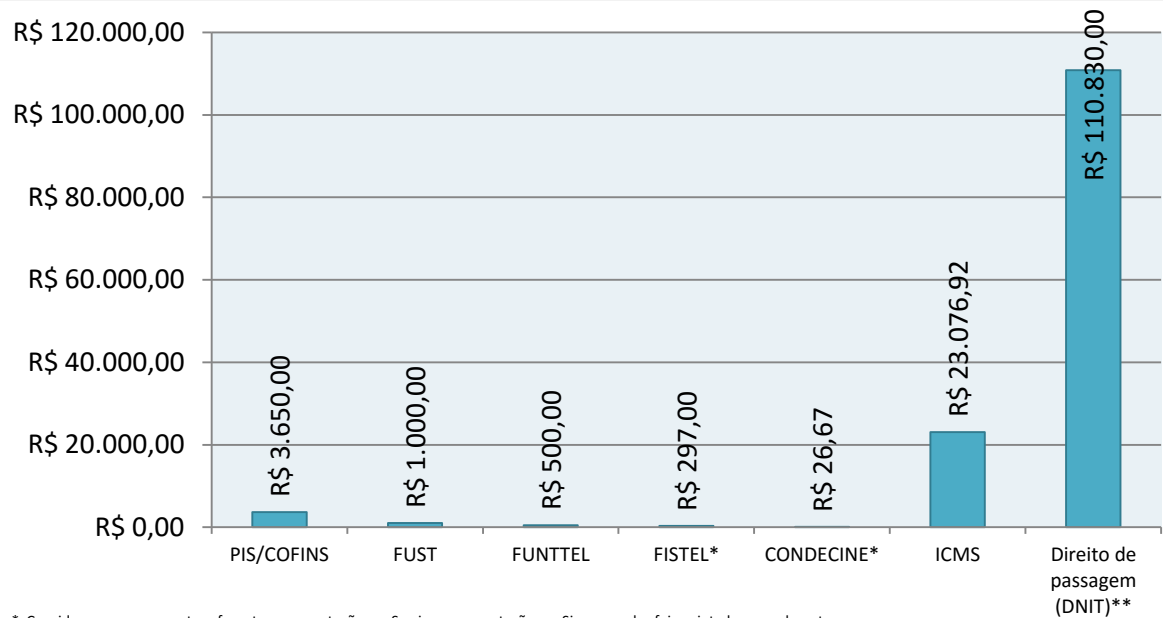


Direito de passagem

O custo-Brasil para o setor de telecomunicações é maior do que para outras atividades econômicas de relevância parecida ou menos importantes para a coletividade



1º Caso: Rede de telecomunicação

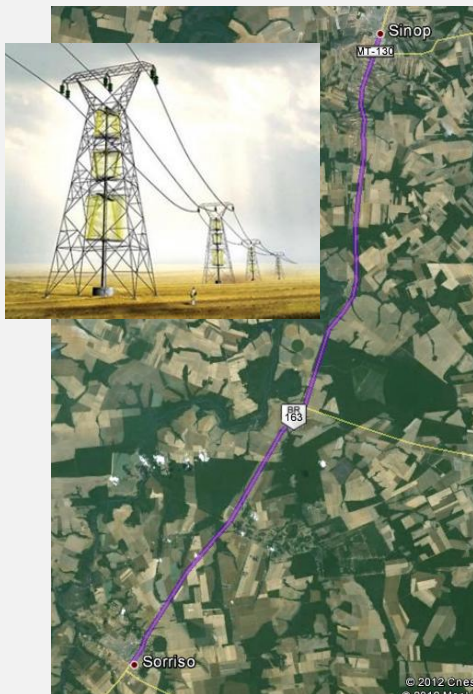


* Considera-se o pagamento referente a uma estação em Sorriso e uma estação em Sinop; o valor foi projetado mensalmente

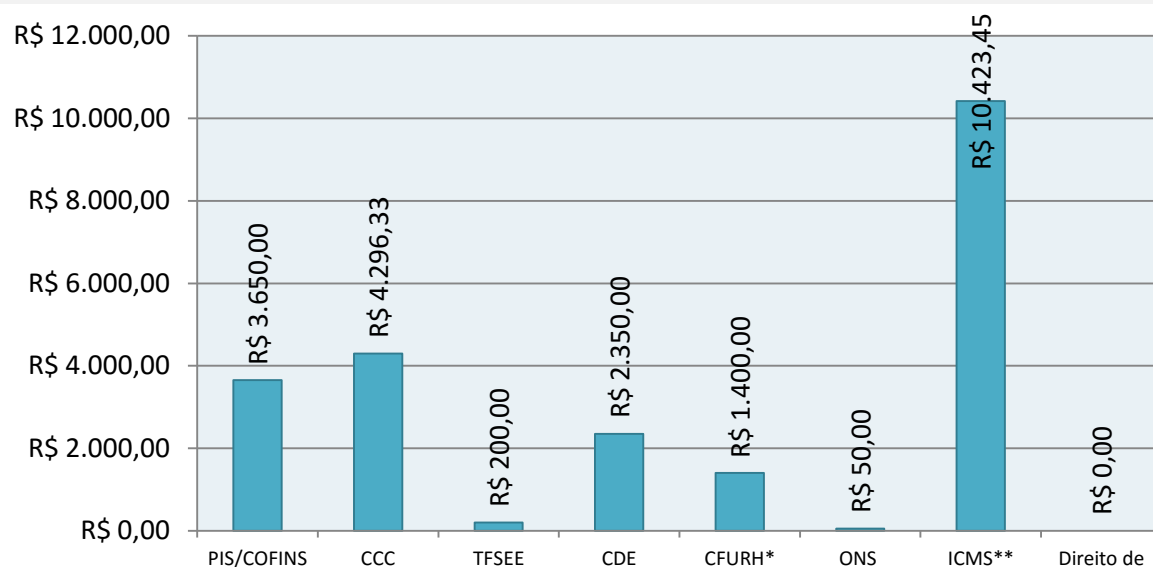
** Não se está considerando o pagamento do "preço público" municipal pela entrada da rede na área urbana nem o IPTU pela estação

Direito de passagem

O custo-Brasil para o setor de telecomunicações é maior do que para outras atividades econômicas de relevância parecida ou menos importantes para a coletividade



2º Caso: Rede de energia elétrica



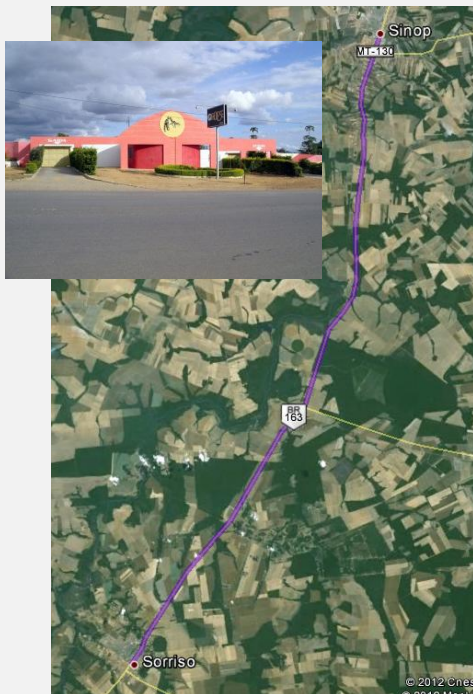
* A CFURH incide apenas sobre a geração, mas foi aqui projetada para o faturamento global com a prestação do serviço

** As alíquotas do ICMS são progressivas conforme o consumo. A cesta de arrecadação do estado do Mato Grosso é composta de 30,8% do faturamento que são isentos, 19,5% que pagam alíquota de 10%, 7,9% que pagam 11%, 17,1% que pagam 17%, 9,8% que pagam 25%, 1,1% que pagam 27,7% e 13,8% que pagam 30%.

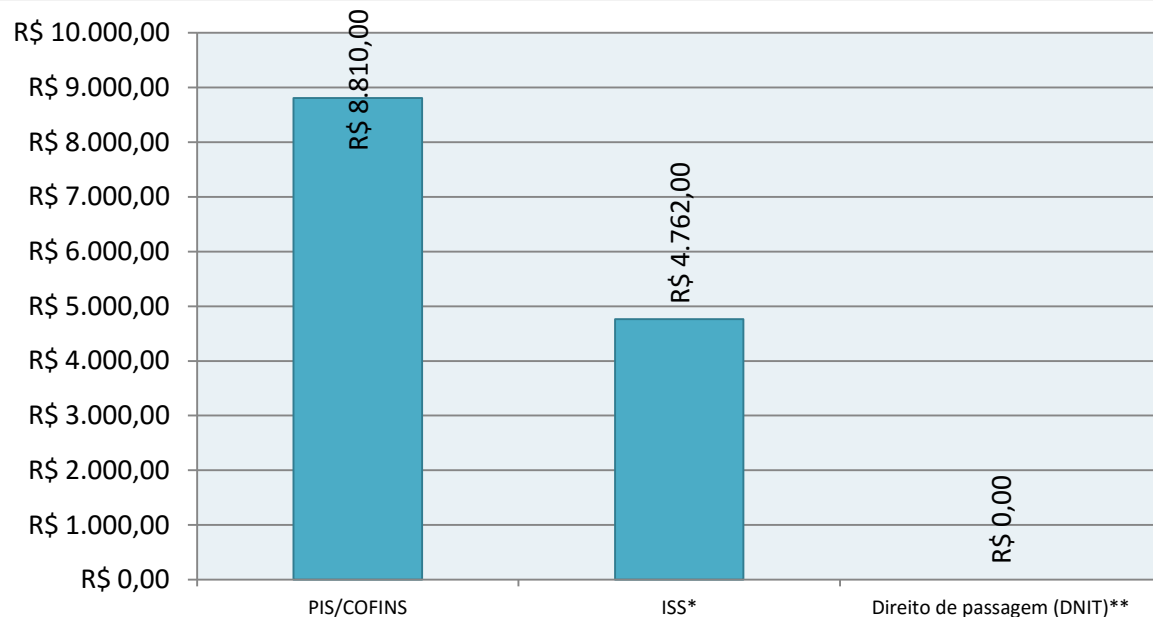
*** A infraestrutura de energia elétrica não paga qualquer valor a título de direito de passagem, conforme o Decreto nº 84.398/1980.

Direito de passagem

O custo-Brasil para o setor de telecomunicações é maior do que para outras atividades econômicas de relevância parecida ou menos importantes para a coletividade



3º Caso: Motel

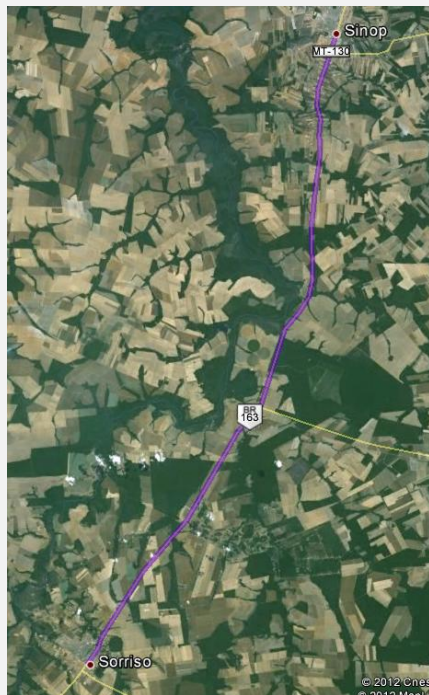


* Arbitrou-se o ISS em sua alíquota máxima (5%)

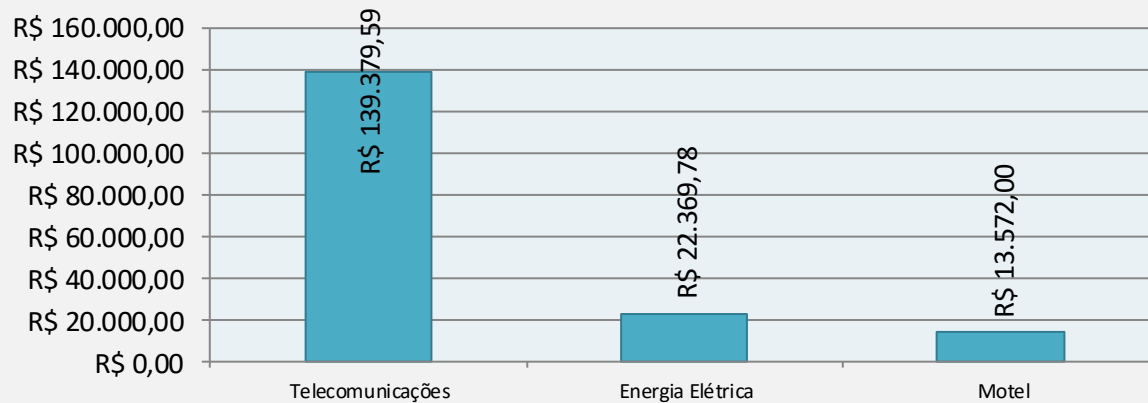
** A permissão para uso da faixa de domínio da rodovia para um motel é conferida gratuitamente, a título precário

Redução de custos regulatórios

Cobrança pelo direito de passagem



Visão comparada dos encargos tributários e não tributários (sobre R\$ 100 mil reais de faturamento)



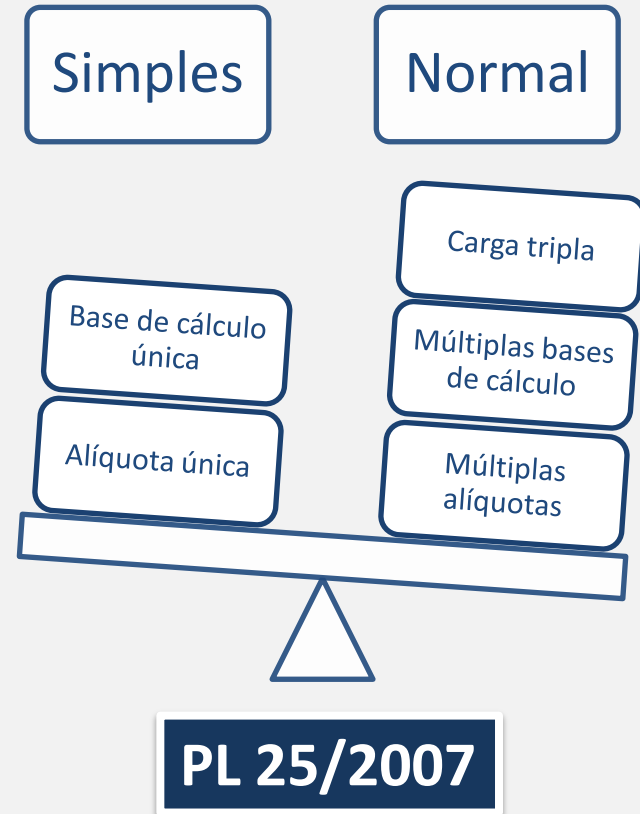
Tratamento isonômico do setor (em relação ao setor de energia elétrica) é fundamental para viabilizar o desenvolvimento da rede de transporte no interior do país.

Tributação

Minimizar ICMS



RE 714139/SC



Programa Banda Larga para Todos

Principais metas e ações



Alcançar **70% dos municípios** com redes de **transporte** de **fibra ótica**



Alcançar **45% do total de domicílios urbanos** com redes de **acesso** de **fibra ótica**



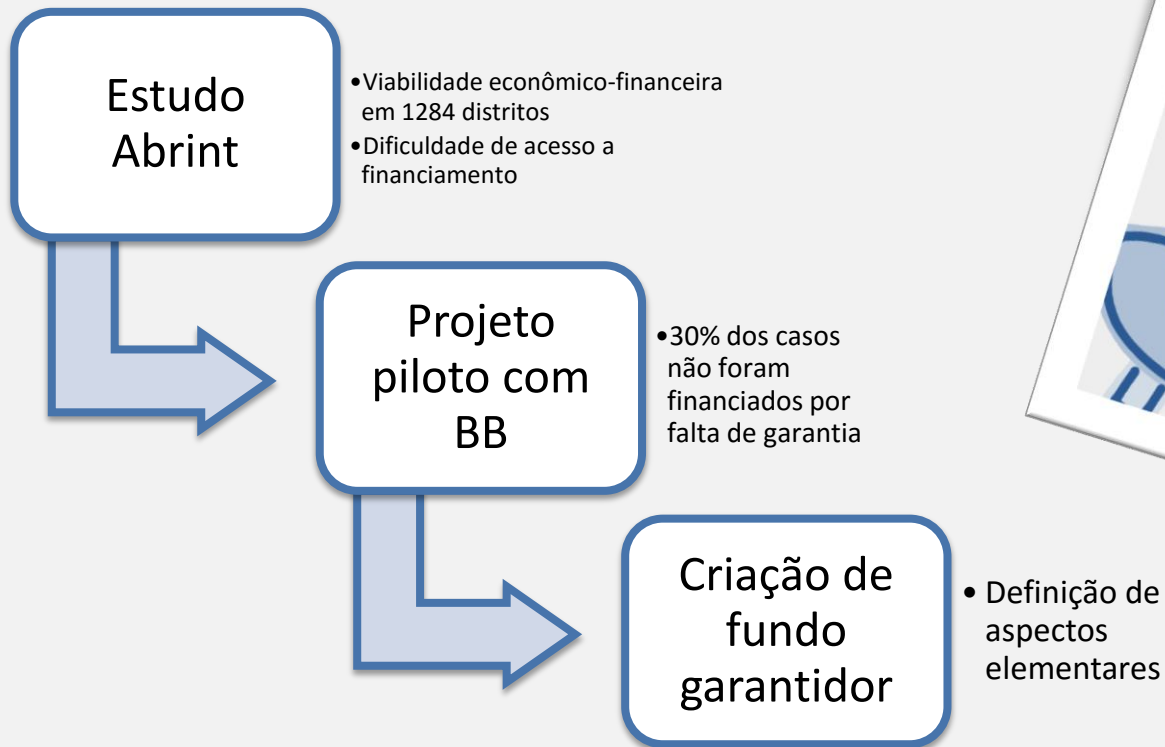
Lançar **1 satélite geoestacionário** para **banda larga** e **comunicações estratégicas**



Implantar **2 saídas internacionais** por **cabos óticos submarinos**

Financiamento

Acesso em pequenas cidades



Financiamento

Acesso em pequenas cidades

Solução baseada na proposta da **Abrint**, a partir do diagnóstico de que os provedores não têm acesso à financiamento.

Financiamento pelo BNDES

BNDES Automático: projetos de investimentos de até 20 milhões

FINAME: aquisição de máquinas e equipamentos

Garantia do Tesouro

Criação de um fundo garantidor: Governo Cobrirá grande parte do risco das operações.



Projeto-piloto com o Banco do Brasil



O que: análise de crédito de **13** provedores.

Objetivo: identificar os principais entraves à obtenção de crédito pelos provedores.

Quando: agosto a dezembro de 2014.

Onde: SC, GO, MG, SP, RJ, AM e CE.

Taxa de sucesso: zero

O que aconteceu

Análise Cadastral

A empresa informa ao banco suas informações econômico-financeiras.

O Banco também consulta a situação da empresa em bancos de dados como SERASA e SPC.

5 empresas com problemas cadastrais.

Avaliação de risco e limite de crédito

Para empresas pequenas, via de regra, a análise de crédito é **massificada**, considerando informações cadastrais e comportamentais da empresa. A partir dela, o banco calcula um **limite de crédito** para cada empresa.

4 empresas com limite de crédito bem inferior ao necessário.

Garantia

Depois que a empresa atende às condições mínimas para que possa tomar um empréstimo, são negociados:

- **Garantia**
- Prazos
- Taxas de juros

4 empresas aptas a tomar crédito e com limites de crédito superiores a R\$ 1 milhão.

Problemas na utilização do FGI e FGO

FGI

Os bancos comerciais não são grandes utilizadores do fundo.

O utilizam quando há uma obrigação, como é o caso do programa pró-caminhoneiro.

Problemas na implementação dos mecanismos de antecipação de honra de garantia.

O Stop Loss de **7%** é avaliado como inferior ao **risco médio** dos provedores.

O FGI **só** pode ser utilizado com linhas do BNDES.

FGO

Foco em operações de Giro

Limites de investimento inferiores aos necessários para implantar fibra

Stop Loss de **7%**

Não pode ser usado com as linhas do BNDES

Rede como garantia também não funciona

Não há padronização nas redes

As redes têm baixa liquidez

Não existe um mercado de venda de redes de telecom



Baixo volume de ativos

3,2 milhões de caminhões ~~X~~ 2 mil provedores ativos

E difícil estipular um valor para a rede

Aceitar recebíveis também não funciona

Exige uma análise extremamente complexa que não é possível para empresas de pequeno porte

O risco estatístico de calote é bem significativo pelo baixo volume de clientes

Caso fosse possível, o custo operacional elevaria a taxa de juros de forma a tornar a operação inviável

Novo Fundo

80% de risco máximo assumido pelo fundo

Limite máximo garantido por provedor: **R\$ 3 milhões**

Pagamento de comissão de concessão de garantia para a utilização do fundo.

Administrador do fundo: **a definir**



O que falta?

Lançamento
Out/2015



Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas - SGDC

- Projeto do PAC conduzido pelo MC, MD e MCTI (Decreto nº 7.769, de 2012)
- Objetivos principais:
 - **Cobrir 100% do território nacional com infraestrutura de banda larga;**
 - Assegurar a soberania do país em suas comunicações militares;
 - Permitir o desenvolvimento de competências e de tecnologias no setor aeroespacial;
 - Viabilizar a comunicação segura entre órgãos e entidades da administração pública federal.



- Integração do projeto: Visiona  VISIONA
Tecnologia Espacial
- Fabricante : Thales Alenia Space 
A Thales / Finmeccanica Company
- Empresa lançadora: Arianespace 
service & solutions

Status:

- Cronogramas para os segmentos espacial e solo vêm sendo cumpridos
- ≈50% do cronograma físico já executado
- Lançamento previsto para quarto trimestre de 2016

Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas - SGDC

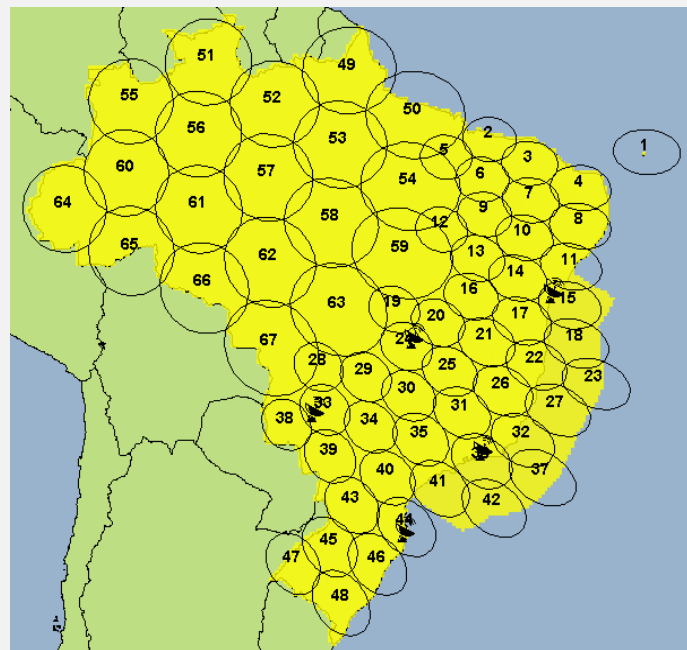
• SGDC - Banda Ka:

- Cobertura de 100% do território nacional
- Capacidade: 55 Gbps (*uplink +downlink*)

Vantagens Banda Ka

- Antena menor e de fácil instalação { 3 x menor que na Banda Ku
6 x menor que na Banda C
- Antena mais barata { 4 x mais que na Banda Ku
12 x mais que na Banda C
- Maior capacidade { 8 x mais que a Banda Ku
24 x mais que a Banda C
- Reuso com células reduzidas: Ganho de 8x na banda

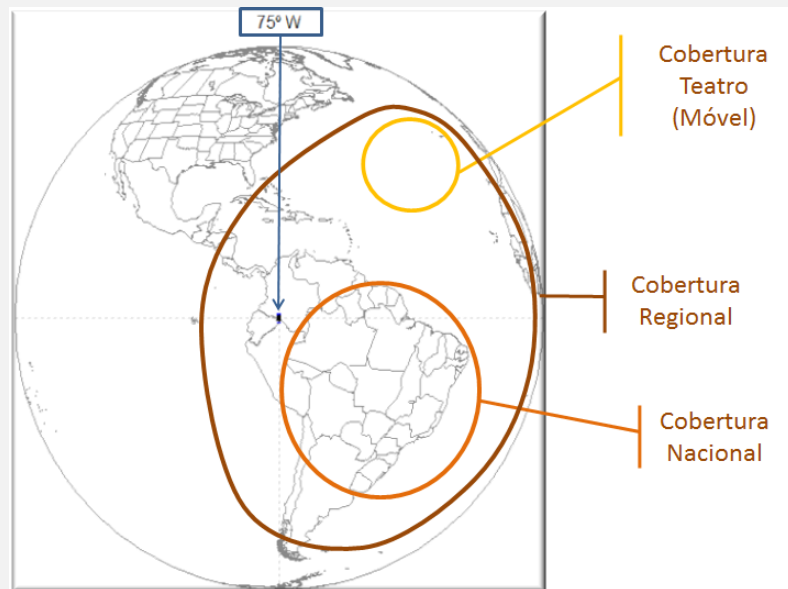
Menor custo total: Viabiliza a Internet Banda Larga via satélite



SGDC - Cobertura banda Ka

Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas - SGDC

- **SGDC - Banda X:**
 - Cobertura regional, nacional e teatro
- **Controle do satélite:**
 - Exclusivamente em território brasileiro;
 - Duas Estações de Controle do satélite (principal e *backup*) em áreas militares (Brasília e RJ);
 - Parceria MD e TELEBRAS.
- **Controle das comunicações:**
 - Banda X: 100% MD; e
 - Banda Ka: 100% TELEBRAS.



SGDC - Cobertura banda X

Obrigado

Pedro Lucas da C. P. Araújo
Departamento de Banda Larga

(61)2027-6878
pedro.araujo@comunicacoes.gov.br

